TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL TSE 2021-2026

RELATÓRIO DE DESEMPENHO 2022

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os resultados alcançados pelo TSE durante o ano de 2022, com base no monitoramento realizado durante a elaboração do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 do TSE (PLS/TSE), visto que esse PLS foi aprovado pela presidência do TSE somente em 2023, por meio da Portaria TSE nº 98 de 16 de fevereiro 2023, publicada no Diário Oficial em 7 de março. Seus respectivos planos de ação para alcance das metas dos indicadores ainda estão em fase de planejamento e elaboração.

EIXOS TEMÁTICOS

1. PAPEL

Em 2022, o consumo de papel foi correspondente a 2.813 resmas, representando um acréscimo de 47% em relação a 2021, em que foram demandadas 1.919 resmas.

Quanto aos gastos com a aquisição de resmas de papel, o acréscimo no consumo ocasionou dispêndio de R$ 24.164,34 (vinte e quatro mil cento e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) a mais frente ao ano anterior, saindo de R$ 25.472,67 (vinte e cinco mil quatrocentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos) gastos em 2021 para R$ 49.637,01 (quarenta e nove mil seiscentos e trinta e sete reais e um centavo) em 2022, refletindo no aumento de gastos na ordem de 95% de um ano para outro.

Ressalta-se que o papel utilizado pelo TSE foi obtido por aquisição própria e é do tipo não reciclado.

2. COPOS DESCARTÁVEIS

No que se refere à quantidade de copos descartáveis, usualmente utilizados para consumo de água e café, foram demandados 4.825 centos em 2022, frente a 2.085 centos em 2021, totalizando um aumento de 131%.

Já em relação aos gastos com esse material, em 2022 foram gastos R$ 9.026,72 (nove mil e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), tendo um aumento de 203% em relação ao ano anterior, cujo gasto foi de R$ 2.978,30 (dois mil novecentos e setenta e oito reais e trinta centavos).

Registra-se que o PLS 2021-2026 tem como meta a eliminação de aquisição de copos plásticos descartáveis, no entanto, os planos de ação devem focar na conscientização do consumo desse tipo de material, tendo em vista que é esperado que as aquisições sejam gradativamente substituídas por material biodegradável, que possui um custo mais elevado em relação ao preço de copos descartáveis, o que pode elevar o gasto de recursos públicos.

A economia no consumo e no gasto com aquisição desse material pode ser alcançada com o avanço da implementação do regime de teletrabalho ou em modalidade híbrida.

3. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Quanto ao consumo de água envasada, ressalta-se, sobretudo, que não houve o fornecimento em embalagens descartáveis, visto a descontinuidade na aquisição desse item pelo TSE desde 2019.

Em 2022, o consumo de água envasada em embalagens retornáveis foi de 560 galões, frente a 260 galões em 2021, perfazendo um acréscimo de 115% e, consequentemente, ocasionando no dispêndio de R$ 426,00 (quatrocentos e vinte e seis reais) nos gastos de aquisição do produto frente ao ano de 2021. Em 2022, foram gastos R$ 2.856,00 (dois mil oitocentos e cinquenta e seis reais), e em 2021, R$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais).

4. IMPRESSÃO

No tocante aos indicadores de impressão, no período, o total de impressões e a quantidade de impressões *per capita* foram, respectivamente, iguais a 2.617.289 e 1.153,43, perfazendo acréscimos de 41% (765.221 impressões) e 42% (340,41 impressões) nesses indicadores em comparação a 2021, cujos quantitativos foram, respectivamente, de 1.852.068 e 813,02.

No TSE o indicador de impressões é gerenciado por duas unidades distintas, a Secretaria de Gestão da Tecnologia (STI) monitora as impressões oriundas de equipamentos de impressão instalados nas salas do órgão, já a Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC) monitora equipamentos de impressão profissionais da gráfica do TSE.

Esclarecemos, ainda, que o quantitativo de impressões pode ser inferior ao realmente executado, em função de paradas na coleta dos dados pelo sistema utilizado para levantamento de dados, Sistema Altiris, devido a necessidades de ajustes para funcionamento com atualizações de segurança aplicadas nas estações, e ainda devido a troca dos microcomputadores no TSE e migração do sistema operacional.

5. ENERGIA ELÉTRICA

O consumo de energia elétrica em 2022 foi 23% maior que o registrado em 2021. Foram demandados 5.793.276kWh no período, enquanto no ano anterior registrou-se 4.720.484kWh, ocasionando um acréscimo de 1.072.792kWh.

Já em relação aos gastos com consumo de energia elétrica, houve um aumento da ordem de 14%, saindo de um gasto de R$ 4.638.190,00 (quatro milhões seiscentos e trinta e oito mil cento e noventa reais) em 2021, para R$ 5.305.383,47 (cinco milhões trezentos e cinco mil trezentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) em 2022, diferença de R$ 667.193,47 (seiscentos e sessenta e sete mil cento e noventa e três reais e quarenta e sete centavos).

Cabe destacar que no relatório de desempenho ano-base 2021, foi apurado consumo de 4.467.174kWh naquele período, no entanto, devido a retificação dos dados pela unidade de gerenciamento desse indicador, apresenta-se acima valores atualizados diferentes do apurado anteriormente.

6. ÁGUA E ESGOTO

O consumo de água em 2022 foi 48% maior que o registrado em 2021. Foram demandados 7.298m^3, com custo de R$ 212.571,06 (duzentos e doze mil quinhentos e setenta e um reais e seis centavos) no período, enquanto no ano anterior registraram-se 4.938m^3, com custo de R$ 135.424,02 (cento e trinta e cinco mil quatrocentos e vinte e quatro reais e dois centavos), ocasionando em acréscimo de R$ 77.147,04 (setenta e sete mil cento e quarenta e sete reais e quatro centavos) nos gastos com água e esgoto no Tribunal.

7. GESTÃO DE RESÍDUOS

Esse eixo temático abrange os resíduos de obras e reformas, os resíduos eletroeletrônicos, os resíduos de suprimentos de impressão, de pilhas e baterias e os resíduos provenientes da coleta seletiva e dos serviços de saúde.

No tocante à coleta seletiva, em 2022, o quantitativo de resíduos recicláveis (papel, plástico, metal, vidro e isopor) destinados às cooperativas com termos de compromisso firmados junto ao TSE foi de 17.751,90 kg, percentual de acréscimo de 164%, ocasionado em 11.032,70kg a mais que o apurado em 2021 (6.719,2kg). Essa grande diferença na quantidade de material encaminhado decorre não só do aumento do consumo após o retorno das atividades presenciais no Tribunal, mas também da retomada dos trabalhos das cooperativas de forma ordinária após período de pandemia.

Em relação aos resíduos eletroeletrônicos, em 2022, foram destinados 1.099.780kg, representando um aumento de 248,44% em relação a 2021, período no qual apurou-se a quantidade de 315.624kg. Essa grande diferença entre um ano e outro se dá por ocasião da conclusão do processo de descarte das urnas eletrônicas (UE), no qual foram descartados mais de uma tonelada de componentes da UE. O descarte das urnas será tratado de forma mais detalhada no indicador específico deste relatório.

Não houve registro de descarte de resíduos de suprimentos de impressão, pilhas e baterias coletadas no Tribunal.

No tocante aos resíduos de lâmpadas, houve em 2022 o recolhimento de 950 unidades para destinação final ambientalmente adequada, frente ao recolhimento de 2.099 unidades no ano de 2021, ocasionando na redução de 55%, equivalente a 1.149 lâmpadas.

A geração de resíduos decorrentes de obras e reformas no período em 2022 apresentou um decréscimo de 14% frente a 2021, com a destinação de 30m^3 de restos de material decorrentes de obras e reformas, em comparação ao ano anterior que foi de 35m^3.

Por fim, os resíduos dos serviços de saúde totalizaram 272,75kg em 2022, quantitativo 7% maior do que o apurado em 2021, que foi de 255,30kg.

8. REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Não houve novas construções 2022, todavia, os gastos com reformas perfizeram o montante de R$ 815.393,75 (oitocentos e quinze mil trezentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), representando um acréscimo de 981% em relação aos gastos de 2021, cujo montante foi de R$ 75.401,15 (setenta e cinco mil quatrocentos e um reais e quinze centavos).

9. LIMPEZA

Executados em uma área contratada de 151.091,64m^2, os serviços de limpeza registraram gastos de R$ 4.665.413,30 (quatro milhões seiscentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e treze reais e trinta centavos) em 2022, perfazendo um acréscimo de 4% no comparativo com 2021, ano em que foram gastos R$ 4.486.627,45 (quatro milhões quatrocentos e oitenta e seis mil seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos).

Já os gastos com materiais de limpeza apresentaram elevação de 23% em 2022. Nesse período, o montante foi de R$ 259.016,39 (duzentos e cinquenta e nove mil e dezesseis reais e trinta e nove centavos) e, em 2021, apurou-se o valor de R$ 210.503,55 (duzentos e dez mil quinhentos e três reais e cinquenta e cinco centavos).

10. VIGILÂNCIA

Quanto aos gastos com contratos de vigilância armada e desarmada, apurou-se, em 2022, o total de R$ 19.309.921,00 (dezenove milhões trezentos e nove mil novecentos e vinte e um reais), o que representa um aumento de 2% em relação a 2021 cujo gasto foi de R$ 18.869.908,88 (dezoito milhões oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e oito reais e oitenta e oito centavos).

Ressalta-se que houve um acréscimo de 90 pessoas no quantitativo dos contratos de vigilância comparado ao ano de 2021, sendo registrados, em 2022, 233 colaboradores, e no anterior, 143.

Além disso, não houve dispêndio em relação ao indicador de gastos com vigilância eletrônica, já que o processo de implementação do sistema próprio de vigilância eletrônica do TSE foi concluído em 2021, ao custo de R$ 80.605,63 (oitenta mil seiscentos e cinco reais e sessenta e três centavos).

11. TELEFONIA

No eixo temático de telefonia, os gastos com telefonia fixa em 2022 somaram R$ 8.943,63 (oito mil novecentos e quarenta e três reais e sessenta e três

centavos), representando uma redução de 91% em comparação a 2021, R$ 91.277,50 (noventa e um mil duzentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos). Essa redução tão significativa se deu devido a execução de novo contrato junto a operadora de telefonia.

Quanto a telefonia móvel, os gastos no ano de 2022 foram de R$ 36.617,62 (trinta e seis mil seiscentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos), com oscilação de reembolso mês a mês entre 12 e 17 linhas telefônicas em regime de reembolso/ressarcimento aos usuários, frente a a R$ 30.426,86 (trinta mil quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e seis centavos), oscilando entre 13 e 15 linhas em regime de reembolso/ressarcimento aos usuários.

12. VEÍCULOS

Esse eixo temático engloba a quantidade de veículos conforme a destinação e o tipo de combustível utilizado, a quilometragem e os gastos com manutenção e contratos de motoristas.

A frota oficial do TSE para o ano de 2022 é composta por 72 veículos, dos quais 27 são movidos a gasolina, etanol ou flex, 9 movidos a *diesel*, além de serem 28 veículos de serviço e 8 destinados à locomoção de magistradas e magistrados. Destaca-se a redução de veículos a gasolina, etanol ou flex de 31 para 27 veículos na comparação entre 2021 e 2022, além de redução de 32 para 28 veículos de serviço.

Em 2022, a quilometragem total da frota oficial do TSE foi de 257.134 km, valor 1% menor que o apurado no ano anterior, 260.785 km.

No tocante à manutenção dos veículos, foram gastos em 2022 o montante de R$ 220.363,00 (duzentos e vinte mil trezentos e sessenta e três reais), representando um acréscimo de 59% em relação ao ano anterior, R$ 138.635,74(cento e trinta e oito mil seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e quatro).

Quanto aos contratos de motoristas, os gastos em 2022 somaram R$ 2.747.029,48 (dois milhões setecentos e quarenta e sete mil e vinte e nove reais e quarenta e oito centavos), enquanto em 2021 foram de R$ 2.536.216,59, representando uma variação de 8% no período.

Destaca-se que foi estabelecido no PLS/TSE 2021-2026 um indicador específico para contabilizar a frota de veículos híbridos no órgão (VHib - Quantidade de veículos híbridos), haja vista que a resolução CNJ nº 400/2021 elenca indicador para frota de veículos movidos por fontes alternativas, o que engloba carros movidos à energia solar, à energia elétrica, ou à hidrogênio, sendo que o mercado de veículos movidos por fontes renováveis no país ainda é incipiente e possui maior disponibilidade de carros movidos por motor com combustão em conjunto com baterias elétricas. Embora ainda não haja veículos híbridos na frota do TSE, o indicador foi estabelecido como forma de incentivar a administração a executar estudos para substituição gradual da frota.

13. COMBUSTÍVEL.

O destaque em relação ao tema combustível foi relacionado aos registros de abastecimento da frota com etanol em 2022, na ordem de 856,67 litros no ano. Em 2021 houve abastecimento de apenas 57,33 litros com esse tipo de combustível. Considera-se esse aumento frutífero do ponto de vista ambiental, tendo em vista que o etanol é combustível menos poluente que combustíveis fósseis como a gasolina, que em 2022, registrou consumo de 22.371,82 litros, totalizando 5% de redução em

relação a 2021, em que foram consumidos 23.530,80 litros.

Em relação ao consumo de Diesel, apresentou-se um acréscimo de 41% em 2022, período no qual foram consumidos 5.965,58 litros, frente a 2021, em que o consumo foi de 4.220,97.

O total gasto com combustíveis no ano de 2022 foi de R$ 183.089,72 (cento e oitenta e três mil e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos), 15% a menos que no ano anterior, quando foram gastos R$ 158.600,66 (cento e cinquenta e oito mil seiscentos reais e sessenta e seis centavos).

14. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Dentro desse eixo temático, encontra-se um dos novos indicadores adotados a partir da promulgação da Resolução-CNJ nº 400/2021: gastos com serviços gráficos.

Em virtude disso, não há dados históricos referentes a 2021 para que seja feito um comparativo, visto que esse indicador teve o seu monitoramento iniciado a partir de janeiro/2022, ano cujo o montante gasto foi da ordem de R$ 20.685.603,49 (vinte milhões seiscentos e oitenta e cinco mil seiscentos e três reais e quarenta e nove centavos).

Cabe destacar que 2022 foi ano no qual ocorreram as eleições gerais, o que demandou gastos de R$ 1.853.714,03 (um milhão oitocentos e cinquenta e três mil setecentos e quatorze reais e três centavos) no mês de agosto, e R$ 18.149.481,44(dezoito milhões cento e quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos) no mês de setembro. É esperado que em 2023, ano não eleitoral, os gastos com serviços gráficos sejam reduzidos frente ao ano-base deste relatório

15. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Esse grupo possui outros indicadores oriundos das inovações da Resolução-CNJ nº 400/2021. Em alinhamento com as boas práticas de “licitações sustentáveis”, a nova resolução apresentou indicadores para a mensuração do grau de aderência dos critérios de sustentabilidade às aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário.

Nesse sentido, em 2022, foram celebrados 168 contratos com critérios de sustentabilidade, perante um total de 188 contratos e aquisições realizadas, alcançando um índice de 89,36%.

16. QUALIDADE DE VIDA

No que tange à qualidade de vida, verificou-se significativa redução nas participações em ações promovidas pelo TSE. Em 2021, esse quantitativo foi de 1.323, diminuindo para 702 em 2022, perfazendo uma redução de 47%.

Outro indicador desse eixo no qual se verificou decréscimo, no entanto não tão impactante, foi o da quantidade de ações de qualidade de vida executadas, saltando de 15, em 2021, para 13, em 2022.

Já em relação aos indicadores de ações solidárias, observa-se uma redução de 9 ações, no período de 2021, para 2, em 2022. Contudo, o número de

participações subiu 139%, saindo de 72 participações em 2021 para 172 em 2022. O TSE possui um indicador específico para que Corte contabilize o percentual de adesão às ações de qualidade de vida, o qual mede o número de participantes em relação a força de trabalho total do órgão. Em 2022, alcançou-se o índice de 30,75%.

17. CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Quanto à capacitação em sustentabilidade, em 2022 não houve promoções de atividades dessa temática, enquanto que em 2021 foram realizadas 36 ações, das quais participaram 400 pessoas.

Em relação as ações de sensibilização em sustentabilidade, houve uma diminuição na ordem de 88%, saindo de 17 ações em 2021, para 2 em 2022.

18. DESCARTE DE URNAS ELETRÔNICAS

Aqui demonstram-se dados de mais um indicador exclusivo do TSE. Em 2022 foi concluído o processo de descaracterização e descarte ambientalmente correto das Urnas Eletrônicas modelos 2006 (UE2006) e 2008 (UE2008).

Com o intuito de promover o descarte ambientalmente adequado dos resíduos provenientes dos componentes das urnas eletrônicas inservíveis ou tecnologicamente obsoletas, esse eixo temático apresenta indicadores para mensuração do montante de material recolhido após a descaracterização das urnas eletrônicas, recolhidos em todos os 26 estados do Brasil e no Distrito Federal. No total foram descartados 1.099.780 kg de componentes de 83.433 urnas eletrônicas (25.491 UE2006 e 57.942 UE2008), discriminados da seguinte maneira:

- Resíduos de bateria da UE: 477.463 kg;
- Resíduos de componentes plásticos: 208.757 kg;
- Resíduos de embalagens de papelão da UE: 221.846,00 kg;
- Resíduos de cabos elétricos: 74.039 kg;
- Resíduos de componentes eletrônicos da UE: 44.290 kg;
- Resíduos de componentes de impressão e itens metálicos da UE: 38.305 kg; e
- Quantidade de resíduos da UE caracterizados como rejeitos: 35.080 kg

Todo o material recolhido foi destinado de forma ambientalmente correta, cumprindo com o objetivo de se descartar corretamente 100% dos componentes das urnas inservíveis, sendo que do montante total de mais de uma tonelada de material descartado, foram encaminhados para reciclagem 1.064.700 kg. Assim, foi alcançado um resultado expressivo de 96,81% de eficácia na destinação dos resíduos das urnas à reciclagem. Esse quantitativo foi acima do previsto em contrato, que determinava o mínimo de 95% de reciclagem dos compostos recolhidos. Todo o material reciclado, assim como o rejeito oriundo do processo de descaracterização, foi destinado a organizações com licenças ambientais regulares.

Além do procedimento de descarte totalmente adequado às premissas da sustentabilidade ambiental e à Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o procedimento de descarte incluiu uma contrapartida socioambiental para a empresa vencedora da licitação.

Para cumprimento desse critério de sustentabilidade, a empresa vencedora disponibilizou um curso, no formato digital, com 12 horas de duração, abordando o tema gestão de resíduos sólidos. O curso está sendo revisado e será disponibilizado em 2023 à toda a Justiça Eleitoral e à sociedade por meio da plataforma de educação à distância do Tribunal Superior Eleitoral.

É o relatório.

ROSÂNGELA MORENO SILVA
TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

Documento assinado eletronicamente em **04/05/2023, às 11:00**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

DIOGO DO YBITI LOPES SILVEIRA
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Documento assinado eletronicamente em **04/05/2023, às 11:04**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

DANIEL CARLOS LIMA CORRÊA
COORDENADOR(A)

Documento assinado eletronicamente em **04/05/2023, às 12:13**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

BRUNO CEZAR ANDRADE DE SOUZA
SECRETÁRIO(A) DE MODERNIZAÇÃO, GESTÃO ESTRATÉGICA E SOCIOAMBIENTAL

Documento assinado eletronicamente em **04/05/2023, às 13:25**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL

A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2414993&crc=35DE5F86, informando, caso não preenchido, o código verificador **2414993** e o código CRC **35DE5F86**.